



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Divisão de Informação e Comunicação

Largo Luís de Camões 2800 - 158 Almada

Telef. 2 1 2 7 2 4 5 2 1

divinformacao@cma.m-almada.pt www.m-almada.pt

Caro(a) jornalista,

Junto transcrevemos duas tomadas de posição do Presidente da Câmara Municipal de Almada, Joaquim Estêvão Miguel Judas, em relação às *Transferências de Competências para os Municípios e ao Caos nas urgências hospitalares*:

Transferência de Competências para os Municípios Câmara de Almada exige nova política e respeito pela autonomia do Poder Local Democrático

O Conselho de Ministros aprovou, na sua reunião de 15 de janeiro, o regime de delegação de competências nos Municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais da educação, saúde, segurança social e cultura.

Os contornos publicamente conhecidos daquela decisão traduzem uma inequívoca falência do Estado e da capacidade do Governo para superar a atual crise.

O Governo pretende agora obrigar os Municípios a assumir responsabilidades em áreas que se incluem, e assim devem permanecer, na esfera de competências do Estado e do Governo da República. Isto depois de lhes ter retirado, em clara violação da Lei das Finanças Locais, mais de 180 milhões de euros, e depois de lhes ter imposto encargos não previstos de mais 325 milhões de euros na constituição do Fundo de Apoio Municipal (PAM).

Numa clara demonstração de falência, de que os recentes e lamentáveis acontecimentos no domínio da saúde são exemplos, o Governo fez aprovar em Conselho de Ministros uma iniciativa legislativa que representa a sua assumida intenção de demissão relativamente às suas responsabilidades próprias, constitucionalmente e legalmente estabelecidas, em domínios sociais fundamentais. Decisão essa tomada contra a vontade e opinião expressas pelos Municípios Portugueses através da sua Associação Nacional.

Este é um caminho de manifesta imposição de normas legislativas sem o desejável e necessário consenso nacional, caminho que o Governo assume contra a vontade dos Municípios. Neste contexto, a Câmara Municipal de Almada exige a adoção de uma política nova e diferente na definição das relações entre o Estado e o Poder Local Democrático, que respeite escrupulosamente a autonomia das Autarquias Locais consagrada na

Constituição da República e nas Leis, e capaz de assegurar a coesão e soberania nacionais.

O Presidente da Câmara Municipal de Almada
Joaquim Estêvão Miguel Judas

Caos nas urgências hospitalares Câmara de Almada exige responsabilidades ao Ministério da Saúde

A Câmara Municipal de Almada tem vindo a acompanhar com extrema preocupação as notícias vindas a lume em diferentes órgãos de comunicação social, relativas a um elevado e inusitado número de falecimentos de cidadãos ocorridos nos serviços de urgência em diversos hospitais do País, em situações de espera que se prolongam muitas horas para além do período de tempo aceitável para serviços daquela natureza.

Em Almada, no Hospital Garcia de Orta, registaram-se na última semana duas situações como a descrita, lamentando-se a morte de um cidadão com cerca de 60 anos e de uma cidadã com 89 anos de idade.

Estas notícias, e estas ocorrências a todos os títulos lamentáveis e incompreensíveis, revelam uma profunda desumanização que neste momento afeta de forma dramática o desempenho dos serviços de prestação de cuidados de saúde às populações.

A Câmara Municipal de Almada entende que é chegado o momento do Ministério da Saúde, ao mais alto nível, e do Governo no seu conjunto, assumirem publicamente as suas responsabilidades relativamente à intolerável situação que se verifica.

O Presidente da Câmara Municipal de Almada
Joaquim Estêvão Miguel Judas

Almada, 19 de janeiro de 2015